

Porto Velho: notas para uma geo-história*Xênia de Castro Barbosa**Úlian Nogueira Lima**Reginaldo Martins da Silva de Souza*

Resumo: Esse ensaio é uma proposta de reflexão sobre a formação de Porto Velho na perspectiva da geo-história. Nele convidamos o leitor a pensar sobre a interação entre os elementos naturais e sociais que constituem essa cidade, e as possibilidades de análises abertas pela obra de Fernand Braudel, com vistas a uma ciência nova e mais adequada à investigação da complexidade emergente do mundo vivido.

Palavras-chave: geo-história. Porto Velho. Ciência.

Abstract: This essay is a proposal of reflection about the foundation of Porto Velho city in a geo-history perspective. The reader is invited to reflect about the interaction between the social and natural elements that constitute this city as well the possibilities of analysis presented by Fernand Braudel's work in order to get a new and modern science toward the investigation of the emergent complexity of the world we live in.

Keywords: Geo-history. Porto Velho. Science

Em tempos de crise nada mais confortável do que reler os clássicos. E que isso não seja visto, apressadamente, como simples subterfúgio, mas como deleite necessário para os enfrentamentos diversos.

Diante da crise da razão, em que operamos a fragmentação do conhecimento e transitamos por disciplinas esfaceladas, a busca por um conhecimento mais abrangente, integrador e plural demanda esforços de conexão entre as sociedades, o tempo e o espaço que as formaram, intercalando produção material e simbólica com vistas a sínteses mais inteligíveis.

Em sua “Lição de História”, Braudel (1989, p. 164) dizia que “a verdadeira história, a história biológica, a história profunda, é a história bem antes de Cristo, bem antes do primeiro ou do segundo milênio”, indicando para elementos geográficos de longa duração que atuaram sobre o desenvolvimento de civilizações milenares.

O Egito foi considerado por Heródoto, historiador grego do século V a.C, como uma “dádiva do Nilo”, sendo esse rio, com seus ritmos alternados e repetitivos o

fornecedor de água, alimentos e húmus para que a civilização egípcia, uma das mais sofisticadas que jamais existiu, pudesse se desenvolver. O Nilo começava sua enchente por volta do mês de junho, elevando o volume de suas águas em cerca de sete a oito metros, inundando as terras ribeirinhas. A partir de outubro, quando iniciava a estiagem, essas terras que haviam sido inundadas estavam repletas de matéria orgânica, prontas para receber o plantio de cereais, frutas e leguminosas que abasteciam as mesas de sacerdotes, escribas, escravos, felás e faraós.

Na Europa, o Mediterrâneo possibilitou o florescimento da França, da Itália, da Grécia, da Espanha e da Turquia, dentre outros, integrando culturas, promovendo a circulação das riquezas, constituindo a base material da vida desses povos. Por séculos, a vida seguiu aos ritmos e movimentos desses atores geográficos – e os chamamos de atores porque não só as pessoas desenvolviam suas existências em sua base, mas eles próprios protagonizaram fatos e processos históricos que em grande medida definiram as condições de vida daqueles povos.

A geo-história, perspectiva analítica exposta por Fernand Braudel em 1945, é uma síntese entre Geografia e História, “que se alimenta tanto da geografia alemã pós-ratzeliana quanto da geografia francesa, da escola *vidaliana*, para configurar uma nova resposta à dialética entre base geográfica e processo civilizatório” (AGUIRRE ROJAS, 2013, p.20).

Essa nova *episteme historicizou* os elementos geográficos, apresentando-os não mais como simples “cenário onde se passa a história”, mas como elementos modeladores e atuantes em seus processos. Essa ideia foi exposta, pela primeira vez em 1947, na tese de doutorado de Fernand Braudel, intitulada “O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II”, publicada dois anos depois. Nessa obra, o pesquisador submeteu à análise histórica as interações entre homem, meio ambiente e paisagem, redimensionando o valor das formas e estruturas espaciais para a formação do mundo mediterrânico e invertendo a ordem tradicional da narrativa histórica, que costumava colocar em primeiro plano os acontecimentos políticos. Filipe II deixou de ser, portanto, a personagem central da trama, para dar lugar ao mar mediterrâneo e as relações engendradas pelas pessoas em função do mesmo.

Fernand Braudel, contudo, não limitou sua inovação à nova abordagem historiográfica do meio físico, contribuindo decisivamente para uma nova concepção de tempo e de fazer historiográfico. Se antes dos *Annales* e, especialmente, de sua segunda

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

geração, da qual Braudel foi o representante mais ilustre, o tempo histórico privilegiado nessa construção discursiva era o tempo curto, o tempo do evento, da política, centrado nos indivíduos, e ocasionalmente, um tempo de média duração, de análise de influências de acontecimentos mais recuados em fenômenos contemporâneos, Braudel apresentou o tempo da longa duração. Esse tempo, geográfico por excelência, também pode indicar permanências espaciais de “mentalidades”, de interpretações culturais.

Em o Mediterrâneo (BRAUDEL, 1953) foram apresentados, portanto, três tempos diferentes: o da longa duração, tempo quase imóvel, o da média duração, que mais tarde seria chamado pelo autor de tempo da “conjuntura” (BRAUDEL, 1992) - o tempo da história, propriamente dita -, e o tempo de curta duração, ou seja, dos eventos e paixões passageiras.

Esses múltiplos tempos são atuantes sobre os fenômenos sociais, e a título de exemplo da longa duração, é possível imaginar fenômenos de ampla abrangência temporal, como as práticas agrícolas e comerciais, que por milênios se desenvolveram sem grandes transformações na Europa, ou a cultura milenar dos povos da América andina. O tempo da média duração é o da conjuntura histórica, da formação das estruturas sociais e econômicas e a curta duração pode ser pensada como os acontecimentos contemporâneos que não encontram vínculos com fenômenos e estruturas mais profundas - o tempo das notícias de jornais, da propaganda, da política, da biografia.

A geo-história representou, em meados do século XX uma forma privilegiada de produção de conhecimentos acerca da vida política, econômica e cultural dos povos, perdendo espaço na medida em que o desenvolvimento do capitalismo impunha a necessidade de especializações, que, se por um ângulo permitiram conhecimentos aprofundados, por outro promoveram fragmentação no saber e em nossa capacidade cognitiva, nos tornando limitados na elaboração de conexões entre as diversas áreas e perspectivas educacionais.

O modelo de ciência do século XX é o da chamada “ciência normal” (KUHN, 2011), aprofundada e detalhista quanto a áreas bastante delimitadas. Para o autor, essa ciência

[...] parece ser uma tentativa de forçar a natureza a encaixar-se dentro dos limites preestabelecidos e relativamente inflexíveis fornecidos pelo paradigma. A ciência normal não tem como objetivo trazer à tona novas espécies de fenômeno [...] Em vez disso, a pesquisa científica normal está

dirigida para a articulação daqueles fenômenos e teorias já fornecidos pelo paradigma.

Para além do campo ou do laboratório, na vida social comum, essa forma de gestão do conhecimento moldou nossas estratégias de estudo e compreensão do mundo, contribuindo para a formação de uma cultura visual que apenas enxerga o óbvio e lê o que está explícito. Perdidos nas formas, esquecemo-nos da Geografia, da geomorfologia, dos movimentos de longa duração que, junto com as ações humanas, formam o espaço, as paisagens e diferencia as regiões e as vidas dos povos.

Embora tenhamos nos distanciado dessa forma de produção do conhecimento, destacamos que alguns dos mais brilhantes exemplares da historiografia brasileira foram produzidos na esteira da geo-história, ou pelo menos, concatenadas com a discussão da importância dos elementos geográficos na formação histórica do Brasil: *Monções*, de Sérgio Buarque de Holanda (1990 [1945]), *Caminhos e Fronteiras* (2001 [1957]) e *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, de Capistrano de Abreu (1982 [1930]).

Esse ensaio é uma proposta de reflexão sobre a formação de Porto Velho na perspectiva da geo-história. Nele convidamos o leitor a pensar sobre a interação entre os elementos naturais e sociais que constituem essa cidade, uma vez que Porto Velho não seria Porto Velho se não fosse o seu rio – fonte de alimentos, de riquezas e estrada líquida que liga os diversos mundos amazônicos, o seu clima quente e úmido, o seu relevo pouco acidentado, a sua população, que aprendeu a viver nessa terra, a interagir com esses elementos, incrementando-a com beleza e funcionalidades socialmente produzidas. Entende-se, portanto, que Porto Velho é resultado de conjunções complexas entre o meio físico e o meio social, ambos favorecedores da vida nesse espaço, e que para compreendê-la não podemos negligenciar nenhum desses aspectos.

Porto Velho localiza-se na parte oeste da Região Norte do Brasil, na área abrangida pela Amazônia Ocidental. Situa-se no vale do rio Madeira, à margem direita deste rio, entre a planície amazônica e o planalto central brasileiro, na coordenada geográfica 8° 54' 46" de latitude Sul e 63° 40' 00" de longitude Oeste (AGRA, 2012).

O município faz fronteira, ao Norte com o Estado do Amazonas, ao Sul com os municípios de Buritis e Nova Mamoré, a Leste com o município de Candeias do Jamari e a Oeste com os Estados do Amazonas e Acre. Abriga três Terras Indígenas e quatorze Unidades de Conservação, dispondo de um Plano Diretor, instituído pela Lei Municipal

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

n. 311, de 30 de junho de 2008 que orienta quanto à política urbana, o ordenamento territorial e a mobilidade urbana, dentre outros.

O clima de Porto Velho apresenta perfil quente e úmido, sendo sua temperatura média anual, mínima e máxima respectivamente de: 25,2°C; 20,9°C e 31,1°C (BRASIL, 1992), conforme registro do Instituto Nacional de Meteorologia para o período 1961-1990. Sua topografia indica relevos ondulados a fortemente ondulados e acidentados. Com relação à vegetação, “há nas partes mais altas extensas áreas de cerrado e nos vales e encostas, predominam formações florestais tipicamente amazônicas. Ocorrem, ainda, grandes áreas de transição entre o cerrado e a floresta. Domina a Floresta Ombrófila Aberta Submontana (46%), apresentando ainda: Vegetação de Contato Savana/Floresta Ombrófila (18,3%), Savana Arborizada (8,8%), Savana Densa (8,05%), Savana Parque (7,8%), Floresta Ombrófila Densa Submontana (6%), Savan Gramínea-Lenhosa (1,6%), e outras” (AMBIENTE BRASIL, 2014).

A bacia hidrográfica do Rio Madeira tem como principais afluentes, em sua margem direita os rios Mutum-Paraná, Jacy-Paraná, Caracol, Jamari e Machado, destacando-se ainda outros importantes rios como: Candeias, Jacundá, Garças, Preto do Jacundá e muitos outros de menor porte. Pela margem esquerda do rio Madeira afluem os rios Abunã, Caripunas e Cuniã, além do rio Marmelo e o São Sebastião.

A cidade possui 34.068,50 km² de extensão e é considerada a maior capital brasileira em termos de área territorial, além de uma das cidades que mais cresce atualmente no Brasil, devido a investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento Econômico do Governo Federal – PAC. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (FIERO, 2011), esse Estado concentra hoje a maior taxa de ocupação da população economicamente ativa da região norte (94,6%) e a segunda menor taxa de desemprego do Brasil. Sua população, segundo o último censo é de aproximadamente 428 mil habitantes (IBGE, 2010), distribuída entre 66 bairros em perímetro urbano, três reservas indígenas (Karitiana, Kararaxi e Karipuna) e de 12 distritos na zona rural e ribeirinha.

A vida nesse espaço existe a milhares de anos, muito antes da chegada de exploradores europeus, de seringueiros, de engenheiros construtores de ferrovia, de militares construtores de linha telegráfica ou de técnicos empenhados na produção de energia elétrica. Embora todos esses atores sociais tenham contribuído para a formação de Porto Velho, para uma nova modelação de seu espaço e cultura, não podemos nos

esquecer de que povos indígenas habitavam a floresta amazônica desde tempos imemoriais. Esses povos, conforme Meggers (1987) constituíam civilizações bem adaptadas ao meio natural, habitando tanto as várzeas quanto as terras firmes. Esses grupos indígenas, cuja história desconhecemos, foram definidos pela autora (*op. cit.*) como “povos do milho” e “povos da mandioca”, sendo o primeiro identificado pelo seu principal produto alimentício – o milho -, que costumava ser plantado nos planaltos andinos e também na planície amazônica, nas regiões de terra firme; e o segundo, os “povos da mandioca”, tinham esse produto como principal referência de sua dieta e de sua cultura, utilizando-o tanto no cotidiano quanto nos momentos festivos, transformando-o em bebida fermentada.

Devido à dizimação sofrida por essas sociedades indígenas no contexto da colonização do Brasil e mesmo no século XX, com a expansão da fronteira agrícola do país (a chamada “corrida para o oeste”), não possuímos fontes suficientes para traçar um perfil desses povos e sua cultura, tendo de nos basear apenas em dados arqueológicos (campo que recebe poucos incentivos na ciência brasileira) e relatos de viajantes estrangeiros (em geral estereotipados e preconceituosos acerca dos modos de vida das populações tradicionais amazônicas). Perdemos em conhecimento, perdemos em possibilidades de outro tipo de vida, quiçá mais consciente da importância da preservação ambiental para a sustentação da vida.

Porto Velho se formou no início do século XX, a partir da instalação da empresa Madeira-Mamoré Railway Company, que visando superar o trecho encachoeirado do Rio Madeira para a escoação do látex produzido nos seringais da região, retomou trabalhos para a construção de uma ferrovia, popularmente conhecida como “ferrovia do diabo”, devido à grande quantidade de trabalhadores mortos em decorrência das limitações da atenção à saúde, aos acidentes de trabalho e ao contato com povos nativos que resistiam à ocupação de seus territórios. Antes de se tornar cidade, no entanto, a vida nesse espaço já manifestava suas cores. Centenas de indígenas, caboclos, ribeirinhos e viajantes transitavam ou habitavam seu espaço, muito antes de 1914.

Primeiramente, gostaríamos de lembrar que o que corresponde hoje a Porto Velho nasceu como um porto natural, onde viajantes e aventureiros atracavam seus barcos para descarregar seus produtos, descansar ou contornar, por terra, o trecho encachoeirado do Rio Madeira. Apenas no século XX esse atracadouro natural passou a

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

ser trabalhado pela engenharia de forma a funcionar organizadamente, para atender as demandas crescentes de transporte de produtos entre os diversos municípios amazônicos.

Em segundo lugar, destacamos que, em face de poucas estradas os rios são as principais vias de transporte e conexão entre as pessoas e os lugares, permitindo a ocupação espacial, mas na cultura amazônica tradicional esses rios não são apenas “instrumentos de uso”, meios para se chegar de um ponto a outro, mas elemento com o qual se convive em simbiose:

O rio, sempre o rio, unido ao homem, em associação quase mística, o que pode comportar a transposição da máxima de Heródoto para os condados amazônicos, onde a vida chega a ser, até certo ponto, uma dádiva do rio, e a água uma espécie de fiador dos destinos humanos. Veias do sangue da planície, caminho natural dos descobridores, farnel do pobre e do rico, determinante das temperaturas e dos fenômenos atmosféricos, amados, odiados, louvados, amaldiçoados, os rios são a fonte perene do progresso, pois sem ele o vale se estiolaria no vazio inexpressivo dos desertos. Esses oásis fabulosos tornaram possível a conquista da terra e asseguraram a presença humana, embelezaram a paisagem, fazem girar a civilização - comandam a vida no anfiteatro amazônico (TOCANTINS, 1998, p.278)

O Madeira, assim como outros rios amazônicos, possibilitou a fixação da vida na floresta e sua gradual transformação em espaços urbanos. A relação tecida pelas sociedades que habitavam suas margens antes dos ciclos recentes de exploração econômica demonstrava certo respeito e harmonia com esse elemento marcante da paisagem, que se estende por cerca de 1.460 km.

Sem desconsiderar as dificuldades enfrentadas pelos povos habitantes da planície amazônica – especialmente a partir do século XVII – de quando datam os principais registros do contato entre indígenas e colonizadores ibéricos, e sem querer reproduzir uma visão romântica sobre a vida em espaço selvático, considera-se que a relação das populações tradicionais com o rio e o meio ambiente, de modo geral, seguia, positivamente, à contramão da história. Isso por que, enquanto na Europa se vivia a cisão entre natureza e cultura, colocando-se o homem como superior a todos os elementos naturais, na Amazônia a cultura se desenvolvia de maneira integrada aos recursos naturais, com usos mais racionais desses recursos e possivelmente, com uma postura de “humildade”, de reconhecimento das limitações humanas frente às forças telúricas.

A lógica europeia que dissociava natureza e cultura e conferia ao homem o direito de se sobrepor aos diversos ecossistemas e explorá-los ao seu bel prazer

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

desencadeou uma das maiores crises da razão jamais enfrentadas, vez que, após a Segunda Guerra Mundial, os limites de nossa racionalidade e de nosso modelo de desenvolvimento econômico mostraram-se insustentáveis. Sabemos que os recursos naturais são limitados, que sua renovação, quando possível, obedece a um tempo de longuíssima duração e que nosso modelo de crescimento econômico coloca em risco a continuidade da vida no planeta. Vivemos, portanto, uma era de complexidades crescentes, na qual as leis e princípios da ciência normal já não são suficientes, tendo em vista os contornos qualitativos dessa complexidade. Para Porto (2012, p. 138),

A complexidade emergente é essencialmente qualitativa, dialética, histórica e plural, e a existência de leis atemporais ou independentes do contexto que regem os fenômenos fisicalistas e, em parte, os biológicos não se aplica da mesma forma aos fenômenos sociais e humanos. A complexidade do viver humano eleva a dimensão qualitativa ao máximo, pois traz no seu centro questões teleológicas e éticas relacionadas à consciência humana, aos valores e objetivos dos seres humanos em suas culturas e organizações.

Com base no exposto, fica evidente a necessidade de uma nova ciência, ou pelo menos, da renovação de seus métodos e abordagens, e nesse contexto, a geo-história se mostra um campo fértil de possibilidades para a produção de análises que buscam um conhecimento integrado entre as interações do meio social com o meio físico.

Referências

- ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília: EDUNB, 1982.
- AGRA, Klondy Lúcia de Oliveira. *Porto Velho e as Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau: riscos e vulnerabilidades socioambientais*. Revista Geonorte, Edição Especial 2, V.2, N.5, p.565 – 572, 2012
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Fernand Braudel e as ciências humanas** Malerba-Londrina: Eduel, 2013.
- AMBIENTE BRASIL. Ambiente Ecoturismo - Porto Velho –RO. 2014. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/ecoturismo/destinos/porto_velho_-_ro.html>. Acesso em 16/10/2014.
- BRASIL. Ministério da agricultura e reforma agrária. Secretaria nacional de irrigação. Departamento nacional de meteorologia. **Normas climatológicas (1961-1990)**. Brasília: [s.n.], 1992.

Dossiê: O Primeiro Século da Cidade de Porto Velho

BRAUDEL, Fernand. **El Mediterraneo y el mundo mediterraneo en la época de Felipe II**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1953. 2v.

_____, Fernand. “*História e Ciências Sociais. A longa duração*”. In: Escritos sobre a História. 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. pp. 41-78.

_____, Fernand. **Uma lição de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1989.

FIERO. **Rondônia: economia e desenvolvimento**. Porto Velho: Edição do autor, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Monções**. 3 ed. ampliada, São Paulo: Brasiliense, (1990 [1945]).

_____. **Caminhos e fronteiras**. 3 ed., São Paulo: Cia. das Letras, (2001 [1957]).

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 16/10/2014.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

MEGGERS, Betty Jane. **Amazônia: a ilusão de um paraíso**. São Paulo: EDUSP, 1987.

PORTO, Marcelo Firpo Souza. **Uma ecologia política dos riscos**. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ, 2012.

TOCANTINS, L. **O Rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

Recebido em 20/11/2014.

Aceito em 10/12/2014.